

## CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Alexandre Bergamin VIEIRA

Cláudia Marques ROMA

Vitor Koiti MIYAZAKI

Programa de Pós-graduação em Geografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT Campus de Pres. Prudente

### Resumo:

Diante das transformações em curso no cenário urbano brasileiro, torna-se relevante compreender as diferentes dinâmicas que se processam na cidade e no urbano. Este texto busca abordar alguns pontos a respeito das cidades médias e pequenas, situando-as no contexto da rede urbana em transformação. É neste contexto que se destacam as mutações nas relações hierárquicas das cidades na rede urbana, bem como as novas morfologias urbanas decorrentes de processos como a aglomeração urbana.

**Palavras-chave:** Cidade média, Pequena cidade, Rede urbana, Aglomeração urbana.

### MIDDLE-SIZED CITIES AND SMALL CITIES: A GEOGRAPHIC READING

#### Abstract:

In front of the transformations that are happening in the Brazilian urban scenery, become relevant to understand the different dynamics that are processing in the city and in the urban. This text looks for to approach some points about the middle-sized and small cities, in the context of the urban network in transformation. It's in this context that stands out the mutations in the hierarchical relationships from cities in the urban network, and also the new urban morphologies resultants of processes as the urban agglomeration.

**Key words:** middle-sized, small city, urban network, urban agglomeration.

#### INTRODUÇÃO:

Compreender os processos e dinâmicas das cidades médias e pequenas na atualidade constitui-se em tarefa fundamental, uma vez que

permite analisar a configuração socioespacial destes espaços na perspectiva do processo de urbanização excludente e do acirramento das desigualdades sociais e espaciais.

Neste sentido, o presente artigo pretende contribuir nos debates e pesquisas sobre o tema, apresentando as características das cidades médias e pequenas no Brasil, enfocando principalmente alguns casos do Estado de São Paulo, bem como os diferentes processos que estão presentes no contexto interurbano, ou seja, na rede urbana.

Assim, na primeira parte abordaremos o tema cidades médias, a partir da discussão dos critérios e variáveis que devem ser consideradas na classificação destes centros urbanos. Esta preocupação quanto à classificação é retomada na segunda parte deste artigo, mas agora enfocando o caso das pequenas cidades brasileiras. Em seguida, apresentamos uma breve análise das recentes transformações da rede urbana, focalizando o processo de aglomeração que passa a se manifestar também nas cidades de porte médio e pequeno. Por fim, são realizados alguns apontamentos sobre a configuração atual das cidades brasileiras, destacando os desafios que surgem frente à uma realidade cada vez mais complexa.

### 1. SOBRE CIDADES MÉDIAS

Entendemos que a definição do que é uma cidade média é bastante polêmico e controverso, sendo que grande parte das discussões teóricas sobre o tema emerge na geografia a partir da década de 1970. A seguir, remetemo-nos ao debate a respeito dos critérios mais relevantes para identificar as cidades médias.

O primeiro e mais utilizado dos critérios é o demográfico, com parâmetros bastante objetivos, mas que é capaz de identificar apenas o grupo ou faixa em que pode enquadrar as cidades médias. Neste contexto, vale ressaltar que não há uma correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede. Porém, as cidades que apresentam uma demografia igual ou superior à 100 mil habitantes, como observado na tabela 1, geralmente assim são classificadas.

Ainda considerando a variável demográfica, existem diferentes classificações do que vem a ser uma cidade média. Algumas pesquisas consideram o intervalo entre 100 e 500 mil habitantes, outros entre 50 e

250 mil, enfim, verifica-se a utilização de diferentes intervalos. Nota-se assim que este critério define muito mais o porte das cidades.

**Tabela 1 – População e taxa de urbanização de algumas cidades médias do interior paulista**

Município	Taxa de Urbanização (%)	População
São José do Rio Preto	94,08	358.523
Marília	96,14	197.342
Presidente Prudente	97,91	189.186
Araçatuba	97,16	169.254
Bauru	98,22	316.064

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Um segundo critério que podemos destacar seria a relevância regional destas cidades. Neste caso, analisa-se a forma como as cidades interagem e se inter-relacionam com as outras ao seu redor, com suas semelhantes e com as metrópoles. Dessa forma, neste critério é fundamental a compreensão da rede urbana. As cidades médias seriam aquelas que estariam num nível em que o oferecimento de serviços, sua produção, sua capacidade de oferecer empregos, etc influenciam o direcionamento dos fluxos que deixam de se dirigir para as metrópoles, estabelecendo-se como centros intermediários.

É importante considerar também a dinâmica da produção do espaço intra-urbano. Pelo que as pesquisas revelam, as cidades médias constituem-se em localidades potenciais de absorção de empreendimentos, principalmente indústrias e de serviços de novas tecnologias, pois apresentam algum tipo de economia de aglomeração de potenciais. Numa economia em transformação, a partir da disseminação da organização flexível do trabalho, sua capacidade de absorção de investimentos também é relevante. Assim sendo, as cidades médias seriam aqueles centros urbanos de porte médio e distantes das áreas metropolitanas, mas com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor; o que reafirmaria seu destaque regional.

Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menor importância de uma cidade. Conforme argumenta Sposito (2001), tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade.

Além dessas características as cidades médias tal como analisado em Andrade e Serra (2001) caracterizam-se por uma renda per capita média superior às médias das cidades brasileiras, bem como outros índices sociais.

Assim, ao analisarmos o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, alguns municípios considerados como cidades médias possuem percentuais médios superiores e melhores que os apresentados pela realidade brasileira em geral.

Todos os municípios apresentam IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) superior ao índice sintético de 0,8, enquanto o índice atingido pela média nacional é de 0,766, mostrando que uma das características das cidades médias do interior paulista são melhores condições de vida quando comparados às médias brasileiras, como observamos na tabela 2.

**Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano, 2000**

Município	IDHm	Educação	Renda	Longevidade	Posição Estado de SP/Brasil
São J. do Rio Preto	0,834	0,916	0,814	0,772	25/95
Marília	0,821	0,908	0,782	0,773	58/212
Presidente Prudente	0,846	0,924	0,804	0,81	14/43
Araçatuba	0,848	0,909	0,811	0,825	12/38
Bauru	0,825	0,908	0,81	0,758	47/175
Brasil	0,766	0,849	0,723	0,727	

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No entanto, apesar dessas características econômicas e sociais, as cidades médias, como reflexo do próprio país, apresentam uma distribuição de renda desigual, gerando, dessa forma, enormes problemas sociais, refletidos na configuração do espaço urbano.

## 2. SOBRE PEQUENAS CIDADES

Podemos classificar as pequenas cidades brasileiras, tanto quantitativamente como qualitativamente. O IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística) classifica cidades pequenas como sendo aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes. Nesta perspectiva, 5.037 dos municípios têm um contingente populacional de até cinquenta mil habitantes, representando 36,78% da população total do país.

Como podemos observar na tabela 1, os municípios pequenos no

Brasil representam, estatisticamente, uma parcela considerável da população brasileira. No entanto, continuam sendo deixados de lado pelos pesquisadores.

**Tabela 3** - Número de municípios por porte populacional e população residente<sup>1</sup>, 2000

Município por porte Populacional	Total de Municípios	População residente Total
<b>Brasil</b>	<b>5.561</b>	<b>169.799.170</b>
Até 5.000	1.382	4.617.749
De 5001 até 10.000	1.308	9.346.280
De 10.001 até 20.000	1.384	19.654.828
De 20.001 até 50.000	963	28.831.791
De 50.001 até 100.000	299	20.786.695
De 100.001 até 500.000	194	39.754.874
Mais de 500.000	31	46.806.953

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Elaboração: Adaptado de Rafael Faleiros de Pádua.

Além da escassez de pesquisas envolvendo os processos que ocorrem nas pequenas cidades, temos a dificuldade de caracterizar o que seria uma cidade pequena do ponto de vista qualitativo e não apenas considerando-as quantitativamente.

Nesta perspectiva, Santos (1978 e 1981) propõe uma classificação das cidades pequenas, levando em consideração as dinâmicas que ocorrem em seus espaços e não o número de habitantes que estas possuem.

Santos (1978, p.75) realiza um esforço de classificação das cidades, apontando o que poderíamos considerar como uma cidade regional, "pequena" ou local. Segundo o autor, cidades regionais seriam aquelas "possuidoras de uma função de relação, desempenhando um papel regional", e aquelas em que uma boa parte do comércio de alimentos é oriunda da própria região, enquanto outra parte dos alimentos pode ser importada, e, ainda, são aquelas cidades onde se encontra um comércio tradicional, entre outras características.

Como exemplo desta delimitação de Santos, podemos citar as cidades de Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz, localizadas na 10ª Região

<sup>1</sup> Tabela de dados apresentada pela Professora Dra. Arlete Moysés Rodrigues na disciplina Sociologia Urbana, 2005.

Administrativa do Estado de São Paulo. Estas cidades desempenham um papel de atração, em relação às cidades menores de seus entorno, e grande parte do comércio de alimentos são oriundos de suas regiões. No entanto, mesmo desempenhando relações comerciais com suas proximidades, dependem de serviços mais especializados oferecidos em cidades maiores como Presidente Prudente, Araçatuba e Marília.

Santos (1981) classifica como cidade local, ou seja, "pequena cidade" o aglomerado urbano que atende as necessidades básicas de sua população, ainda que esta recorra ou receba de outras cidades mão-de-obra, serviços e equipamentos mais especializados. Como, por exemplo, a cidade de Mariápolis, localizada na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, que oferece equipamentos e serviços básicos como escolas, posto de saúde para primeiros socorros, um incipiente comércio, dentre outros, mas que necessita recorrer a cidade de Adamantina para usufruir de serviços mais especializados.

Mesmo tomando as definições realizadas por Santos, verifica-se uma lacuna quanto à classificação de cidade pequena, pois cidades como Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz podem ser consideradas cidades regionais, segundo determinados parâmetros, e apresentarem características típicas de cidades locais.

Vale ressaltar que as pesquisas realizadas nas cidades pequenas são pouco expressivas para a realidade brasileira. Os pesquisadores no momento estão muito mais voltados para as grandes metrópoles e cidades médias, nas quais, os problemas são mais intensos, só que nas pequenas cidades, ocorrem as mesmas dinâmicas, ainda que em menor escala.

### 3. PROCESSOS E DINÂMICAS PARA ENTENDER AS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES BRASILEIRAS

Dentre diversos pontos que poderíamos discutir para entender as cidades médias e pequenas, nos debruçaremos nos aspectos referentes à configuração da rede urbana brasileira.

O estudo da rede urbana permite entender quais os papéis das cidades médias e pequenas no contexto brasileiro. Assim, podemos compreender as definições de cidade média, regional, local "pequena", e ainda refletir sobre o processo de aglomeração urbana presente na atual configuração da rede urbana, já que dessa forma é possível apreender as relações entre algumas cidades médias e pequenas do interior paulista.

### 3.1. A rede urbana brasileira

Inúmeros trabalhos sobre a configuração das redes urbanas foram realizados. É a partir da década de 1930, com a teoria das Localidades Centrais do geógrafo alemão Walter Christaller (1933), influenciado diretamente pelas idéias da Escola de Chicago (1920), que o tema das redes urbanas surge com maior destaque. A análise de Christaller está baseada na organização espacial da distribuição de bens e serviços (a projeção espacial da produção), pautada numa rede hierarquizada, orientada por localidades centrais (CORRÊA, 2001a, p.20).

A rede urbana brasileira, em muitos casos, se encaixava perfeitamente na teoria das localidades centrais, ou seja, uma cidade local se ligava a uma cidade regional, que por sua vez realizava interações com as cidades médias e estas com as metrópoles. Com o fortalecimento do processo de globalização, as redes urbanas reconfiguram-se e este processo hierárquico passa a ser acompanhado por uma **superposição** e/ou **justaposição** de relações. É neste contexto de mudanças das relações existentes nas redes urbanas que podemos melhor apreender os papéis das cidades médias e pequenas brasileiras.

Na atual fase do sistema capitalista de produção, na qual os fluxos e as redes (re)definem os papéis dos diferentes centros urbanos, além da escala de atuação do capital produtivo e financeiro atingirem a escala global, compreender e analisar o impacto da globalização na redefinição das redes urbanas é de fundamental importância. Tais aspectos são necessários para entendermos a espacialidade e a espacialização do capital e da sociedade, pois como aponta Corrêa (1989), é no bojo do processo de globalização e da intensificação da urbanização que a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente.

Uma importante contribuição sobre essas mudanças é oferecida por Santos (2005, p.137) que, já no início da década de 90, apontou algumas tendências da urbanização brasileira para o final do século XX. Dentre os elementos destacados naquela ocasião, o autor chamou atenção para a tendência crescente à diferenciação e complexificação do sistema urbano e, neste contexto, para a insuficiência dos níveis hierárquicos na interpretação da rede urbana. Para o autor:

(...)esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter significação à proporção que cada cidade passa a ter uma

relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa: uma especialização regional, que é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo. A cidade se dobra a essa demanda, reforma-se, reorganiza-se, refaz-se, recria-se. (SANTOS, 2005, p.137).

De acordo com Endlich (1998), as relações interurbanas não obedecem mais a limites rígidos e definitivos quanto à determinada área de influência. Cada atividade instalada numa cidade pode ter uma configuração de fluxos diferenciada.

A velha hierarquia urbana não é mais suficiente para se explicar os fenômenos urbanos na atualidade. Para Xavier (2002, p.5), “uma concepção hierarquizada das cidades está a dar lugar a uma organização reticular. (...) Num mundo global, é a interação e não a localização que se revela importante”.

Neste sentido, na atual fase do processo de globalização, (re)configuram-se as redes urbanas, uma vez que a Divisão Internacional e Territorial do Trabalho é intensificada pelas novas tecnologias, políticas públicas, revoluções logísticas (meio técnico-científico-informacional), criação, (re)funcionalização e especialização funcional de inúmeros núcleos urbanos. A partir desses elementos, além de verificar diferentes configurações de redes urbanas, constatando-se, como já apontamos, uma superposição e/ou justaposição de diferentes redes urbanas que se complementam.

Esta superposição e/ou justaposição que se verifica na rede urbana é reforçado quando se considera a globalização como um processo desigual, na qual as mudanças e as transformações, tais como a introdução de novas tecnologias e o avanço das técnicas não se dão de forma homogênea e instantânea em todo o território. Como já destacou Santos (2003), as cidades nos países subdesenvolvidos possuem duas áreas de influência, uma no circuito inferior e outra no superior, resultando em interações espaciais cada vez mais complexas. Para Corrêa (2001b), o que se verifica no país, principalmente após a década de 60, são padrões de rede urbana cada vez mais complexos no contexto de múltiplos circuitos.

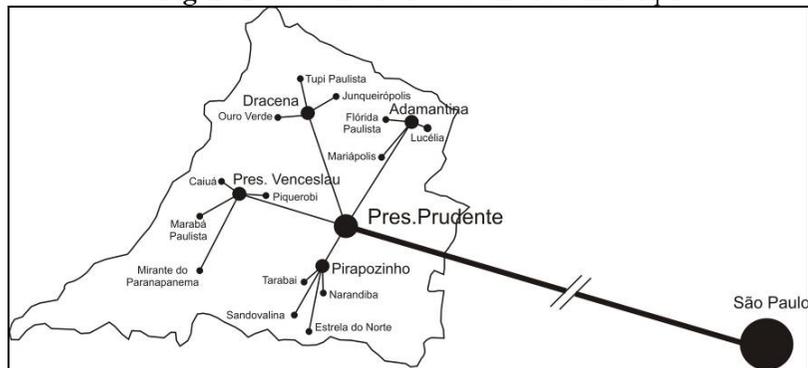
No contexto atual, a análise de múltiplos circuitos faz-se de extrema necessidade para que possamos entender as superposições e/ou justaposições das redes urbanas. Corrêa (1989) frisa que se formos realizar uma classificação das cidades, inserindo-as na classificação de circuito superior e inferior, teríamos as grandes cidades inseridas em um circuito

superior e as pequenas cidades no circuito inferior, isto porque, as empresas de alto padrão tecnológico, dentre outras inúmeras características, estão localizadas nos grandes centros, enquanto nas cidades pequenas temos, como nos aponta o autor, uma reserva de mão-de-obra ligada principalmente à agricultura.

Mas, o próprio autor (CORRÊA, 2001) e Santos (2003) enfatizam a existência de múltiplos circuitos, ou seja, uma cidade pequena inserida no circuito inferior pode, ao mesmo tempo, estar ligada a núcleos do sistema produtivo, econômico ou cultural atrelados diretamente ao circuito superior. Por exemplo, na cidade de Mariápolis, no interior do Estado de São Paulo, há uma reserva de mão-de-obra de trabalhadores ligados à cana-de-açúcar, composta por pessoas que em seus cotidianos não têm noção da existência de redes. Mas nesta mesma cidade verifica-se a presença do circuito produtivo da cana-de-açúcar, que está diretamente ligado ao sistema de rede mundial. Dessa maneira, deve-se refletir cada vez mais na questão dos múltiplos circuitos, pois as superposições e/ou justaposições das redes estão cada vez mais complexas.

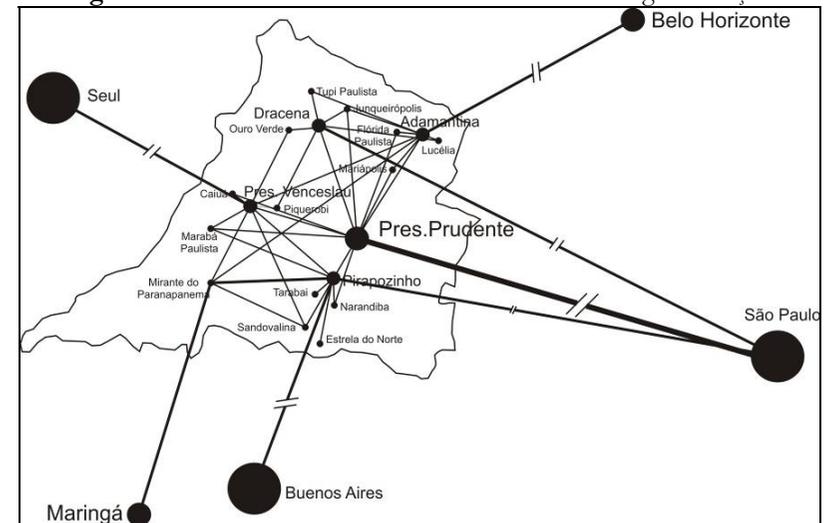
Entretanto, ainda verifica-se a presença de uma rede hierárquica (figura 1), pautadas em aspectos como centralização política, oferecimento de serviços médicos especializados, dentre outros. Porém, ao mesmo tempo, esta rede hierárquica encontra-se inserida em outras mais complexas (figura 2), com profundas diferenciações no espaço de acordo com cada realidade, resultando em espaços luminosos e opacos (Santos, 2001).

**Figura 1 - Caso ilustrativo de uma rede hierárquica**



Org.: Alexandre Vieira, Cláudia Roma, Júlio Zandonadi, Vitor Miyazaki, 2005

**Figura 2 - Caso ilustrativo de uma rede urbana face à globalização**



Org.: Alexandre Vieira, Cláudia Roma, Júlio Zandonadi, Vitor Miyazaki, 2005

Sobre o assunto, vale destacar as contribuições de SILVEIRA (1994), quando diz que:

A rede urbana local transforma-se sob a tensão entre globalização e localização. Por uma parte, a globalização inclui uma tendência à hierarquização da produção em função das atividades mais modernas e uma outra tendência, aquela do consumo a se difundir espacialmente. Por outra parte, a localização significa que a cidade local oferece oportunidades e resistências diferenciais à chegada dos vetores da modernização. Esse jogo dialético nos permitiria a pensar a rede urbana através dos conceitos de zonas luminosas e opacas (SILVEIRA, 1994, p.125).

Contexto que reforça a constatação das transformações nas relações interurbanas e suas implicações para a rede urbana que se torna cada vez mais complexa. Neste processo de mudanças, surgem novas lógicas de relações nos diferentes níveis escalares, desde o local, regional, nacional e até mesmo global.

Por fim, para que possamos pensar na complexidade das relações interurbanas, deve-se abrir um leque de implicações referente ao processo

de constituição e fortalecimento dessas redes. Neste leque podemos encontrar processos econômicos, culturais, políticos, dentre outros, sendo que cada um destes poderá influenciar diferentemente na configuração das redes. Neste sentido, Rochefort (1998) aponta na configuração das redes urbanas os papéis econômicos e políticos. O autor afirma que as redes urbanas são determinadas ou fortalecidas pelo poder que as grandes empresas exercem sobre a configuração do espaço, apoiadas pelas políticas públicas que fortalecem seus interesses. Assim, os lugares centrais, os circuitos de produção, os espaços opacos ou luminosos, segundo essa visão, são determinados e reforçados pelo poder das grandes empresas, fazendo com que o sistema produtivo seja o motor da constituição das redes urbanas.

Na tabela 3 podemos observar que foram criados mais de 70 municípios no estado de São Paulo somente na década de 1990.

**Tabela 3** - Municípios paulistas criados durante a década de 1990, por tamanho

Classe de tamanho	Quantidade de municípios criados	Participação no total (%)
Até 5.000 habitantes	51	70
Entre 5.001 e 10.000 hab.	11	15
Entre 10.001 e 20.000 hab.	07	9,5
Entre 20.001 e 30.000 hab.	03	4,2
Entre 30.001 e 50.000 hab.	00	0
Entre 50.001 e 100.000 hab.	00	0
Entre 100.001 e 200.000 hab.	01	1,3
Total do Estado de São Paulo	73	100

Fonte de dados brutos: Fundação Seade e Secretaria do Estado de Economia e Planejamento. Org.: SIQUEIRA, 2005

Dentre estes novos municípios, nota-se que 70% referem-se a núcleos com até 5 mil habitantes. A partir do momento que novas cidades são inseridas na configuração espacial das redes, os papéis dos diferentes centros urbanos poderão ser redefinidos, pois entram em cena novos agentes e atores, com maior ou menor poder de decisão.

### 3.2 - Novas configurações da rede urbana brasileira e o processo de aglomeração urbana

A intensificação do processo de urbanização no país, principalmente após a década de 1970, gera transformações em todo o território tornando a realidade urbana brasileira cada vez mais complexa.

Neste contexto, Mota e Ajara (2001) destacam algumas características resultantes deste intenso processo de urbanização, tais como: a interiorização do fenômeno urbano, a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, a periferação dos centros urbanos e formação/consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não-metropolitano.

Dentre estes diferentes aspectos do atual cenário urbano brasileiro, destaca-se o crescimento das cidades médias, seja nos aspectos populacionais e econômicos quanto nos papéis desempenhados por estes centros no contexto regional.

Atualmente, nota-se que fenômenos antes presentes apenas nas grandes cidades e metrópoles passam a se manifestar também nos centros urbanos de menor porte. Vale lembrar que este fato não se traduz em uma simples reprodução das características metropolitanas nas cidades de menor porte, uma vez que as especificidades locais tendem a reconfigurar estes diferentes processos.

Neste contexto, as cidades médias e pequenas passaram por profundas transformações nas últimas décadas. Braga (2005) destaca que “o crescimento das cidades médias e a formação de aglomerados urbanos em torno de alguns desses centros são processos fundamentais na dinâmica urbano-regional brasileira nas últimas décadas”.

No caso do Estado de São Paulo, nota-se que as cidades de porte médio do interior passaram por um forte acréscimo populacional nas últimas décadas, como podemos verificar na tabela a seguir.

**Tabela 4** – Evolução da população das principais cidades de porte médio do interior do Estado de São Paulo, Brasil.

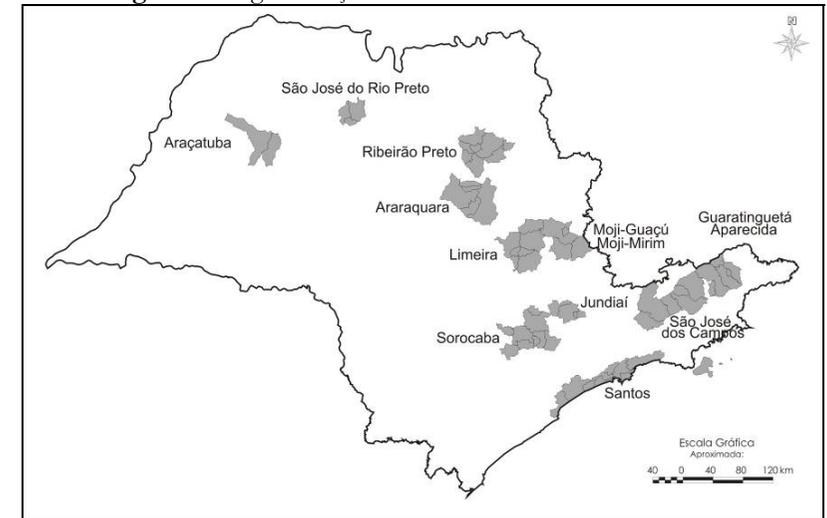
Município	População total, 1970	População total, 1980	População total, 1991	População total, 2000
São José dos Campos	148332	287513	442370	539313
Ribeirão Preto	212879	318496	436682	504923
Sorocaba	175677	269830	379006	493468
São José do Rio Preto	122134	188601	283761	358523

Piracicaba	152505	214295	283833	329158
Jundiaí	169076	258808	289269	323397
Bauru	131936	186664	261112	316064
Franca	93638	148997	233098	287737
Limeira	90963	150558	207770	249046
Taubaté	110585	169265	206965	244165
Marília	98176	121774	161149	197342
São Carlos	85425	119542	158221	192998
Jacareí	61216	115732	163869	191291
Presidente Prudente	105707	136846	165484	189186
Americana	66316	122004	153840	182593
Araraquara	100438	128109	166731	182471
Santa Bárbara d'Oeste	31018	76621	145266	170078
Araçatuba	108512	129304	159557	169254
Rio Claro	78040	110212	138243	168218
Indaiatuba	30537	56237	100948	147050
Itu	49091	74204	107314	135366
Pindamonhangaba	48222	69562	102063	126026
Itapetininga	63606	84384	105132	125559
Bragança Paulista	63676	84048	108980	125031
Mogi Guaçu	42710	73549	107454	124228
Jaú	56301	74011	94116	112104
Atibaia	36838	57807	86336	111300
Botucatu	51954	64539	90761	108306
Catanduva	58251	72866	93317	105847
Guaratinguetá	68869	84879	102072	104219
Araras	53422	65017	87459	104196
Barretos	65574	72769	95414	103913

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos/Ministério das Cidades, 2002.

Um estudo sobre a rede urbana brasileira, denominado “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, classificou as distintas formas espaciais que configuram a rede em: aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas. No Estado de São Paulo, este estudo detectou onze aglomerações urbanas não-metropolitanas, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Aglomerações urbanas no Estado de São Paulo



Fonte: Braga, 2005.

A partir da figura, nota-se que há uma maior concentração destas aglomerações no entorno da capital paulista. Este aspecto está relacionado ao processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo, frente a um “arrefecimento da concentração econômica na Grande São Paulo e sua realocação nas regiões do entorno metropolitano” (BRAGA, 2005). No entanto, cabe ressaltar que o processo de aglomeração urbana também está presente em cidades médias mais distantes da metrópole paulistana, como veremos mais adiante.

Antes de analisarmos alguns exemplos do Estado de São Paulo, é preciso discutir sobre o que se entende por aglomeração urbana. No Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988 conferiu autonomia aos estados brasileiros para a criação de entidades regionais para promover a gestão das funções urbanas de interesse comum. Estas entidades são as regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas.

No Estado de São Paulo, a Constituição Estadual de 1989 prevê a criação de aglomerações urbanas, denominando-as como “agrupamento de municípios limítrofes que apresentem relação de integração funcional de natureza econômico-social e urbanização contínua entre dois ou mais municípios ou manifesta tendência nesse sentido”.

Muitos autores pesquisam e discutem o processo de aglomeração urbana, apresentando diferentes concepções e abordagens. De acordo com Davidovich e Lima (1975), são identificadas como aglomerações de caráter urbano aquelas áreas que apresentam de fato problemas sociais e econômicos comuns, reforçando a necessidade de um planejamento adequado para a ordenação do processo de expansão urbana.

Ainda de acordo com o trabalho realizado pelas autoras, constata-se uma diferenciação entre os aglomerados que contam com espaço urbanizado contínuo e aqueles sem espaços urbanizados contínuos (na qual a integração se realiza pela complementaridade das funções urbanas).

Outro aspecto importante a ser destacado foi apresentado por Moura e Ultramari (1994), quando apreendem o processo de aglomeração urbana como o espaço de comutação diária entre as cidades, no contexto das relações de dependência entre centro-periferia. Neste mesmo sentido, Pierre George (1983) já apontava que uma cidade e sua periferia constituem uma aglomeração, frente à sedimentação resultante da relação entre a expansão urbana e o reajustamento dos limites administrativos.

Essa discussão a respeito da relação centro-periferia contribui para compreendermos os fenômenos como os movimentos pendulares, quando a periferia constitui-se apenas em um local de concentração de mão-de-obra, caracterizando o que muitos autores chamam de cidades dormitórios.

Já Souza (2003) caracteriza a aglomeração urbana como um *minissistema urbano* em escala local, constituído a partir da junção de duas ou mais cidades, seja pelos vínculos ou pela conurbação. O autor destaca ainda que as cidades, muito frequentemente, situam-se tão próximas umas das outras que a interação entre elas vai, à medida que crescem e se relacionam mais e mais entre si, sofrendo uma transformação importante. Assim, além da junção do tecido urbano, certos fluxos surgem ou se intensificam, ligando fortemente essas cidades.

Assim, o fenômeno da aglomeração urbana não necessita obrigatoriamente de uma contigüidade espacial do tecido urbano. Os deslocamentos diários da população, ou até mesmo os fluxos de ligações telefônicas e de mercadorias caracterizam a integração presente em um aglomerado. Numa aglomeração urbana, as cidades podem estar ligadas por uma intensa vinculação socioeconômica, como já foi apresentado por Villaça (1998).

Após estas considerações, a aglomeração urbana pode ser compreendida como o processo em que há uma expansão territorial de

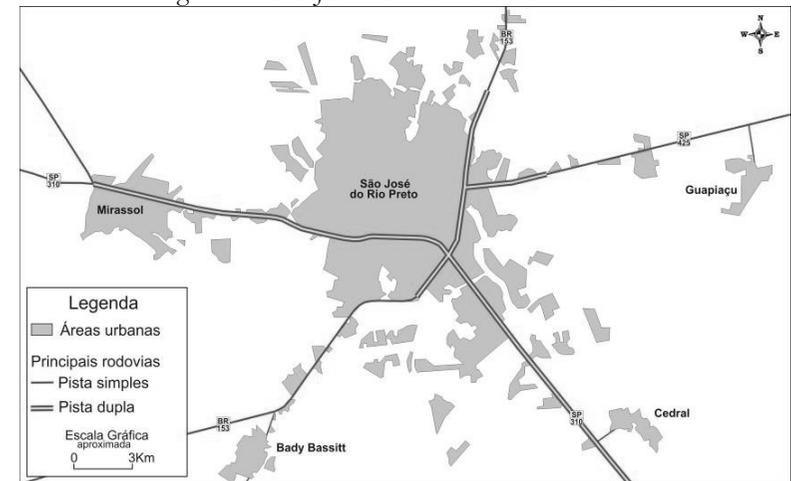
núcleos urbanos distintos, gerando e/ou intensificando fluxos que acabam por extrapolar os limites político-administrativos dos municípios.

Para explicitar melhor estas considerações, partiremos para a análise de algumas aglomerações urbanas referentes às cidades médias paulistas, a partir do estudo realizado por Sposito (2005). Como já foi ressaltado, as cidades médias e pequenas do interior passam por transformações importantes em suas dinâmicas, resultando em novas morfologias urbanas.

A figura 4, elaborada a partir da leitura de imagem de satélite QuickBird, disponibilizada pelo Google, apresenta a área urbana de São José do Rio Preto e das cidades localizadas em seu entorno. Vale lembrar que o estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” considera como aglomeração urbana apenas os municípios de São José do Rio Preto, Mirassol e Bady Bassitt. Porém, observando a figura, nota-se que outros municípios também já apresentam tendência à continuidade territorial urbana, além de manter intensos vínculos por meio dos fluxos.

A aglomeração urbana de São José do Rio Preto é um exemplo de uma configuração mononucleada, uma vez que o núcleo (no caso, São José do Rio Preto) concentra a maior parte de população, bem como o maior número e diversidade de comércio e serviços em geral.

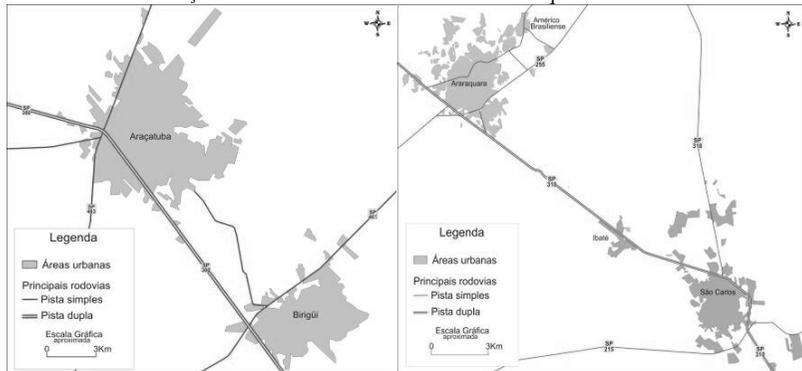
Figura 4 – São José do Rio Preto e seu entorno



Fonte: Miyazaki, 2007.

Já as figuras 5 (aglomeração urbana de Araçatuba) e 6 (aglomeração urbana de Araraquara-São Carlos) apresentam outra situação: a polarização por apenas um centro urbano não ocorre, havendo uma certa competição e complementaridade entre as cidades da aglomeração, constituindo-se assim uma configuração polinucleada.

Figura 5 – Aglomeração Urbana de Araçatuba      Figura 6 – Aglomeração urbana de Araraquara-São Carlos



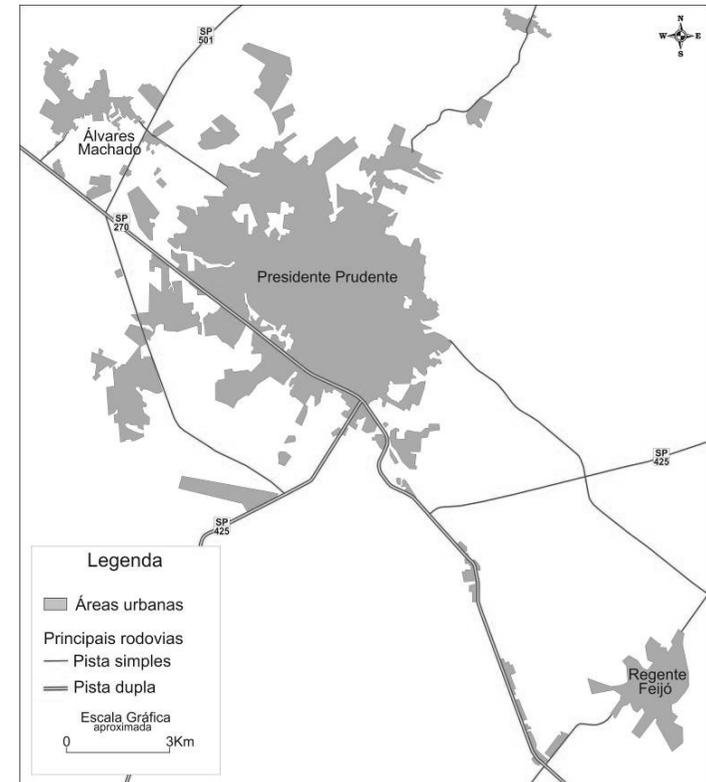
Fonte: Miyazaki, 2007.

Fonte: Miyazaki, 2007.

Além das aglomerações classificadas pelo estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, ressalta-se que outros centros urbanos do interior paulista também apresentam tendência à aglomeração, num processo que envolve cidades médias e pequenas. Como exemplo, podemos citar o caso de Presidente Prudente (figura 7) que além de manter fortes vínculos com as cidades de seu entorno, já apresenta uma tendência à continuidade territorial urbana.

As transformações que ocorrem atualmente nas cidades brasileiras, sejam nos aspectos intra-urbanos quanto nas relações interurbanas, tornam a realidade urbana cada vez mais complexa. No caso das aglomerações urbanas, percebe-se que as aglomerações configuram uma morfologia cada vez mais dispersa, frente às discontinuidades do tecido urbano.

Figura 7 – Presidente Prudente e seu entorno



Fonte: Miyazaki, 2007.

Cabe ressaltar que o processo de aglomeração não se limita somente aos aspectos espaciais, no sentido da contigüidade do tecido urbano, pois a intensidade dos fluxos e a vinculação socioeconômica entre as cidades também devem ser consideradas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da intensificação do processo de urbanização e globalização, principalmente após a década de 1970, nota-se que as cidades médias e pequenas passam a desempenhar um papel cada vez mais relevante na configuração e estruturação da rede urbana brasileira.

Em muitas cidades médias, verifica-se um crescimento demográfico superior aos das metrópoles, absorvendo populações atraídas pelas melhores condições de vida, bem como o aumento do PIB, pela atração de novos investimentos e serviços. Por outro lado, vale lembrar que esse crescimento se dá no contexto de uma urbanização desigual e excludente.

As pequenas cidades também passam por mudanças significativas. Estes núcleos urbanos sofrem transformações frente às dinâmicas relacionadas à expansão agrícola e desconcentração industrial, sendo que, em alguns casos, superam a velha hierarquia urbana da rede, estabelecendo relações no contexto nacional e até mesmo internacional.

E neste contexto de transformações a configuração espacial destes centros urbanos se altera, frente à processos como a aglomeração que torna a realidade urbana ainda mais complexa, lançando novos desafios para as pesquisas e políticas públicas de planejamento urbano.

#### BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 350f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BRAGA, R. *Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais do X EGAL**. São Paulo: USP, 2005.
- CAIADO, A. S. C. *Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista*. **São Paulo em Perspectiva**. Seade: São Paulo, 1995.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. *Cidades médias no Brasil*. In: Simpósio Internacional Cidades Médias, 1., 2005, Presidente Prudente. **Anais do I Cimdepe**. Presidente Prudente: Gasperr, 2005.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DAVIDOVICH, F. R., LIMA, O. M. B. *Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, n1, jan/mar, 1975.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001.

MIYAZAKI, V. K. *Agglomerações urbanas para além das grandes cidades e metrópoles: breve discussão*. In: Semana de Geografia da FCT/UNESP, 7., 2007, Presidente Prudente. **Anais**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007.

MOTA, D. M., AJARA, C. *Rede urbana brasileira - hierarquia das cidades*. **Fundação Joaquim Pinheiro**, Belo Horizonte, 2001: ESAF/Curso de gestão urbana e de cidades, 2000. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.gov.br/gestaourbana/arquivos/modulo01/mod1arq5.html>>. Acesso em 14 de novembro de 2004

MOURA, R., ULTRAMARI, C. **Metrópole – Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

PONTES, Beatriz M. S.. *As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970)*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia / Unesp, 2001.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: FAU/LAP, 2006.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo. Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. *As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.).

**Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia / Unesp, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2005. 508f. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VILLAÇA, F. **Espaço intra urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001.